

Parcerias a um passo da decisão em Plenário

Informações sobre contratos serão abertas à análise do Senado, conforme a proposta aprovada pela CAE e enviada à CCJ. Plenário pode examiná-la na quarta-feira, segundo prevê Edison Lobão

Fotos: Célio Azevedo



Após o fim de seis meses de discussão, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem substitutivo à proposta que institui as parcerias público-privadas. A matéria segue agora para exame da Comissão de Justiça, cujo presidente, Edison Lobão,

prevê decisão rápida, com o envio do projeto ao Plenário na quarta-feira. Na CCJ, um dos pontos polêmicos deve ser a natureza do fundo que administrará R\$ 6 bilhões para garantir o pagamento de obrigações pecuniárias assumidas no âmbito das parcerias.

Página 3

ENTENDIMENTO Na CAE, Lobão (na foto à esquerda, em pé) cumprimenta o relator Raupp. Mercadante negocia com Agripino e Virgílio, líderes da oposição (foto ao alto), enquanto Jereissati (D) conversa com Ramez Tebet

Aprovada MP que moderniza parque industrial brasileiro

A medida provisória que cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. A iniciativa beneficia indústrias de bens de capital com financiamento subsidiado. A decisão só foi possível depois de acordo para votar novas regras de tramitação de MPs.

Página 5



ABRANGÊNCIA Tuma ressalta alcance social de sua proposta

Isonção do IR para portador de hepatite

Página 5

Comissão vai trabalhar nos fins de semana para votar Orçamento

Para votar até o dia 23 de dezembro o Orçamento da União do próximo ano, os parlamentares terão que trabalhar nos fins de semana. Ontem, a Comissão de Orçamento confirmou seu calendário de atividades. Hoje, encerra-se o prazo para apresentação de emendas ao parecer preliminar ao projeto.

Página 7



PREJUÍZO Ideli Salvatti aponta perda de vidas em decorrência de recurso de empresa

Ideli condena adiamento de obras na BR-101

Em nome da liderança do PT, a senadora Ideli Salvatti (SC) registrou seu protesto contra o adiamento das obras de duplicação da BR-101 no trecho que liga Palhoça (SC) a Osório (RS), devido a recurso apresentado por uma das empresas derrotadas no processo licitatório de supervisão do empreendimento.

– Santa Catarina e o Rio Grande do Sul estão indignados porque, aguardando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no próximo dia 25, para assinar as ordens de serviço que iniciarão as obras, com tudo já previsto no orçamento deste ano, fomos todos afrontados por um recurso administrativo de uma das empresas que participou do processo licitatório e que ficou classificada, na questão técnica, em terceiro lugar, numa diferença gritante com as outras duas empresas.

De acordo com a parlamentar, a primeira classificada nessa licitação teve 98,5 pontos; a segunda, 94,5 pontos; e a que recorreu, a Corpory, 77,5. Em sua opinião, adiar a obra é negligenciar o enorme prejuízo representado pelas perdas de vidas nos acidentes ocorridos na BR-101.

■ Só com desaceleração das carretas, por causa dos buracos, são jogados fora R\$ 7 bi em combustíveis

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) alertou ontem para o desperdício de recursos causado pelo mau estado de conservação das rodovias brasileiras. Só com a desaceleração das carretas, em função dos buracos, são jogados fora R\$ 7 bilhões em combustíveis, afirmou.

Alberto Silva encaminhou a todos os senadores cópia do Plano Emergencial de Reabi-



PROPOSTA Segundo Alberto Silva, estradas podem ser recuperadas ao mesmo tempo em todo o país

litação do Sistema Rodoviário Nacional. Ele disse acreditar que o país tem condições de elaborar 1.600 quilômetros de projetos mensalmente, podendo começar as obras a partir

do segundo mês do início do plano.

Alberto Silva chegou à conclusão de que 120 empresas de engenharia rodoviária teriam como ser mobilizadas, de tal maneira que as obras pudessem ser iniciadas, de forma simultânea, em todo o país.

– Uma vez aprovada a proposta, o governo criará imediatamente milhares de empregos, além de proporcionar redução do número de acidentes, redução do tempo empregado no transporte de nossas mercadorias e redução do custo Brasil.

O senador salientou que, se forem considerados apenas R\$ 13,5 bilhões de prejuízos com fretes e consumo inútil de

combustíveis, e tendo em vista o desembolso mensal previsto, a economia média será de cerca de R\$ 700 milhões por mês.

Identificação

O senador falou também sobre projeto de sua autoria que institui o cartão de identificação do cidadão (PLS 328/04). O cartão dispensará a apresentação dos documentos aos quais nele se fizer referência. Confeccionado com fotografia colorida, informará a nacionalidade, a naturalidade e a filiação do identificado, além dos números da carteira de identidade, da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), do título de eleitor e da Carteira Nacional de Habilitação.

Agenda

Sessão não deliberativa

A sessão de hoje tem início previsto para as 9h. De caráter não deliberativo, destina-se a pronunciamentos dos parlamentares, comunicados da Mesa e leitura de projetos. Os primeiros oradores inscritos para discursar na tribuna são os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Luiz Otávio (PMDB-PA). Na próxima semana, o Plenário deve votar o projeto das parcerias público-privadas (PPPs).

Na próxima semana, o Plenário deve votar o projeto das parcerias público-privadas (PPPs).

Serviço recebe dúvidas e sugestões da população

Pelo telefone 0800 612211, o cidadão de qualquer lugar do Brasil pode entrar em contato com o Senado para tirar dúvidas, fazer sugestões ou reclamações. É o serviço A Voz do Cidadão, que funciona 24 horas, sem nenhum custo para o usuário. Todas as questões são encaminhadas aos órgãos de competência.

Dom Quixote no *Prosa e Verso*

No sábado, às 9h, o programa *Prosa e Verso*, da Rádio Senado, interpreta uma das obras mais importantes da literatura universal: as fantásticas aventuras do fidalgo Dom Quixote de La Mancha.

Sistema político em debate

O sistema político brasileiro é o tema do programa *Cidadania* de hoje, que a TV Senado exibe às 19h30. A discussão conta com a presença dos cientistas políticos Antônio Otávio Cintra e Lúcia Avelar.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



AUDIÊNCIA Eduardo Azeredo sugeriu convite ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento

Comissões vão debater situação das estradas

O mau estado de conservação das estradas e os planos do governo para o setor de transportes e de infra-estrutura deverão ser explicados pelo ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Infra-Estrutura (CI) e Fiscalização e Controle (CFC). Requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) convidando o ministro foi aprovado na manhã de ontem pela CAE. A audiência deverá ocorrer, pelas previsões de Eduardo Azeredo, já na próxima semana.

– Não quero acreditar que o governo está esperando as próximas eleições para consertar as estradas, pois até agora só gastou 6% do orçamento, as parcerias estão paralisadas e o dinheiro da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) está guardado – observou Eduardo Azeredo.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

PARCERIAS

Mudanças no relatório determinam que informações sobre contratos também serão repassadas ao Senado e ao Tribunal de Contas da União. O Fundo Garantidor e as normas para a escolha da melhor proposta serão definidos na CCJ

Projeto das PPPs é aprovado em comissão

Depois de seis meses de discussões, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a proposta que institui as licitações e as regras das parcerias público-privadas (PPPs), na forma de substitutivo ao projeto de lei originário da Câmara (PLC 10/04). O parecer é de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

O relator promoveu algumas alterações, entre elas a que determina que as informações sobre os contratos das PPPs serão enviadas não só à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), como também ao Senado. O relatório previa o parecer prévio da STN, mas agora será feita apenas uma comunicação a esse órgão do Ministério da Fazenda.

O PMDB, por meio do seu líder Renan Calheiros (AL) e dos senadores Mão Santa (PI) e Hélio Costa (MG), propôs que o Senado autorizasse as operações, entendendo que a



Fotos: Célio Azevedo

CONSENSO O relator Valdir Raupp (em primeiro plano) explica mudanças feitas no seu substitutivo

Casa não pode abrir mão dessa prerrogativa.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) conseguiu que parte de sua emenda fosse acolhida na forma de destaque, dando também ao Tribunal de Contas da União (TCU) o direito de receber as informações comunicadas à STN e ao Senado.

Outra proposta do PMDB aprovada foi deixar estabelecida no projeto a forma de rateio dos riscos entre parceiros privados e públicos. O novo texto de Raupp define que haverá um compartilhamento com a administração pública dos ganhos econômicos efetivos obtidos pelo parceiro privado quando houver uma redução

do risco de crédito nos financiamentos utilizados pelo investidor privado.

Dos quatro pontos apresentados pelo PMDB, apenas um foi rejeitado pelo relator: o que propunha que medida provisória não alteraria a lei das PPPs, preservando a segurança jurídica dos contratos. Raupp explicou que não foi possível

colocar essa blindagem jurídica no seu substitutivo. Mas lembrou que existe uma proposta de emenda à Constituição (PEC 45) que proíbe o uso de MP para mudar lei ordinária, e sugeriu que haja empenho em se aprovar essa matéria.

Outra mudança feita no relatório assegurou que bens em péssimo estado de conservação não serão restituídos ao poder público. Também foi atendido pedido dos governos de São Paulo e de Minas Gerais, que já aprovaram as suas leis de PPPs, ampliando o prazo para projetar as despesas anuais com os contratos de parceria de seis para dez anos.

A garantia da qualidade dos serviços públicos prestados aos usuários por meio desses contratos também foi atendida e prevê a possibilidade de pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho.

Fundo Garantidor será discutido na terça-feira

A segurança de que o governo não irá interferir nos contratos das parcerias público-privadas (PPPs) e abocanhar recursos do Fundo Garantidor para pagar precatórios, por exemplo, será o principal tema a ser discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne extraordinariamente na próxima terça-feira (23) para analisar e votar o relatório do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Foi graças a esse acordo que os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) conseguiram concluir a votação do projeto de lei das PPPs. Tourinho explicou, em entrevista à imprensa, que essa “blindagem jurídica” continua a ser a principal reivindicação dos investidores privados, que querem assegurar na legislação das PPPs a constituição de uma empresa (no lugar do fundo) para administrar os recursos públicos de R\$ 6 bilhões, que funcionarão como garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos federais.

– Vamos discutir qual será a natureza jurídica do fundo.

Vou resolver essa questão junto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – ressaltou Tourinho. Ele explicou que a natureza privada evita problemas como o uso de recursos públicos do Fundo Garantidor para o pagamento de precatórios ou o contingenciamento desses recursos. O senador reconheceu que a opção de criar uma empresa gera a cobrança de impostos, havendo ainda o problema da “governança” dessa nova companhia, se seria pública ou privada.

No entanto, apesar do substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) prever a natureza privada do Fundo Garantidor, o próprio relator na CAE deixou claro que tem dúvidas em relação a essa “blindagem jurídica” e não concorda com a formação defendida pelo governo, que acabou prevalecendo no seu relatório. Como envolve aspectos jurídicos, Raupp, que é favorável à constituição de uma empresa para administrar essas garantias, aceitou deixar que a CCJ resolva o que é considerado pelos investidores privados o ponto nevrálgico do projeto das PPPs.



POSSIBILIDADE Lobão garante que Plenário pode iniciar decisão das parcerias na quarta-feira

Votação final do projeto em seis dias, prevê Lobão

O projeto que regulamenta as parcerias público-privadas (PPPs) poderá ser apreciado em Plenário na próxima quarta-feira (24). A previsão foi feita ontem pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), que pretende concluir a votação da matéria até a manhã daquele dia.

– É perfeitamente possível colocar a matéria em votação na quarta-feira – afirmou Lobão, para quem a votação em Plenário, se for iniciada no mesmo dia, poderá ser concluída até a próxima quinta-feira.

Normas para escolha de propostas geram dúvidas

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), avisou que irá discutir na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) as novas normas para a escolha da melhor proposta de parcerias público-privadas (PPPs). O relator Valdir Raupp definiu que o edital não poderá limitar a quantidade de lances em viva voz feitos pelos candidatos que tiveram as suas propostas classificadas. O último classificado será o primeiro a dar o lance.

– Não me agrada essa mudança, à primeira vista. Mas não vou me manifestar contrário a ela. Farei essa discussão na CCJ – avaliou Bezerra, durante os debates na CAE. Representantes do setor privado já transmitiram aos senadores o seu receio de que esse dispositivo possa abrir espaço para manobras no processo de escolha das PPPs, baixando o preço de tal forma que a obra seja comprometida.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relator do projeto na CCJ, disse que a preocupação tem que ser a segurança para evitar a elevação de preços nos contratos das

parcerias. “Se baixar é ótimo”, declarou em entrevista à imprensa, fechando assim com a posição do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado.

Durante os debates, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), criticou o governo, advertindo que as PPPs correm o risco de não serem viabilizadas se não forem melhorados os marcos regulatórios do país e não for resolvida a queda-de-braço entre o Ministério da Fazenda e a Casa Civil. Ele lembrou as injustiças que foram cometidas contra o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), acusado de atrasar a votação do projeto de lei, e que hoje se reconhece sua grande contribuição para aperfeiçoar o texto da matéria.

Na reunião da CAE, que contou com a presença do ministro da Previdência Social, Amir Lando, Mercadante reconheceu as contribuições relevantes de Tasso Jereissati e de Rodolpho Tourinho para melhorar o projeto das parcerias público-privadas e sinalizou que o governo já aceita uma tramitação mais demorada na CCJ, se isso for necessário.

Mercadante defende atuação de Carlos Lessa à frente do BNDES

■ Senador destaca crescimento dos lucros do banco e elogia o talento do presidente demitido da instituição

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu a gestão de Carlos Lessa à frente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Lessa foi demitido ontem. Mercadante destacou que, este ano, o banco deverá apresentar o maior lucro de sua história e um aumento de 25% na aplicação de seus recursos, o que irá contribuir, na opinião do parlamentar, para o projetado crescimento da produção industrial, de 7,2%, e do produto interno bruto (PIB), de 4,5%.

O líder do governo agradeceu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por não tê-lo consultado sobre a demissão de Lessa, por já saber que Mercadante era defensor de sua permanência



Geraldo Magalhães

LISURA Mercadante observa que conduta de Lessa é marcada pelo compromisso com a coisa pública

no governo. O senador afirmou entender as decisões do presidente, “que precisa coordenar o conjunto de uma equipe de governo, que envolve o BNDES, mas não é apenas o BNDES”. O parlamentar informou que o próximo dirigente do banco “manterá a essência do que foi o desempenho de Carlos Lessa à frente da instituição”. O novo presidente já foi designado: será o atual ministro do Planejamento, Guido Mantega.

Mercadante ressaltou que Lessa encontrou o banco em situação vulnerável, causada por contratos e financiamentos do programa de privatização. Lembrou que apenas a empresa de energia AES tinha US\$ 1,2 bilhão em inadimplência. Lessa, ressaltou, “soube repactuar contratos e trazer garantias ao banco”.

O senador declarou conhecer Lessa há 30 anos, quando este já era “um intelectual de prestígio, talentoso, comprometido com o país”, e disse que o economista “marcou sua vida intelectual e pública pela integridade”.

– Há muito tempo o BNDES não tinha uma gestão com nenhuma denúncia de desvio de conduta – afirmou Mercadante, acrescentando que a atuação de Lessa à frente do banco foi “marcada pelo compromisso com a coisa pública”.

O representante paulista ressaltou ainda que, como todo bom intelectual, “Lessa era, antes de mais nada, um pole-

mista”. Seu perfil, acrescentou, por vezes “atravessava a linha divisória da competência específica de cada uma das autoridades”, o que causou algumas crises no governo, mas “isso não pode diminuir a grandeza do homem público”.

Investimentos

O parlamentar observou ainda que o BNDES “não é um banco qualquer, mas essencial aos investimentos no país”, e destacou que o banco terá, em 2005, um orçamento maior que o do Banco Mundial. Segundo o senador, o país ainda precisa ter crédito dirigido a setores como a agricultura, que enfrenta concorrência altamente subsidiada na Europa e na América do Norte, e no setor de bens de capital, que precisa de mais competitividade e eficiência.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que a demonstração de lealdade de Mercadante evidenciava sua “dignidade de homem público” e que a imagem do líder do governo melhorou perante ele.



Roosevelt Pinheiro

DISCORDÂNCIA Alvaro Dias critica o aumento da taxa básica de juros determinado pelo Copom

Alvaro: política econômica empobrece a população

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem a política econômica do governo e afirmou que o aumento da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), de 16,75% para 17,25%, definido na quarta-feira, mostra como é difícil fazer planejamento empresarial no Brasil. É por isso, acrescentou, que a classe empresarial foi unânime em reprovar a decisão do Copom.

Para o parlamentar, a política econômica do governo vem empobrecendo a população brasileira. Ele destacou estudo da Unicamp, divulgado pela revista *Carta Capital*, segundo o qual o empobrecimento da população no primeiro ano do governo petista foi tão intenso quanto o ocorrido em 1990, com o Plano Collor. Alvaro Dias cobrou do governo o anúncio de uma agenda positiva.

Congresso

O senador também referiu-se ao desgaste sofrido pelo Congresso diante da sociedade. Para ele, reformas não concluídas ou realizadas pela metade, paralisação dos trabalhos, excesso de medidas provisórias e submissão dos parlamentares aos ditames do governo prejudicam a imagem do Congresso. O senador citou a matéria “Em ritmo de tartaruga”, da revista *Época* desta semana, que descreve a paralisia dos trabalhos da Câmara, com mais de 460 projetos a serem analisados.

O fato de parte dos parlamentares exigirem liberação de recursos relativos às suas emendas ao Orçamento para limpar a pauta de votações, que a imprensa divulga como barganha, segundo o senador, passa a imagem de relação promíscua entre Executivo e Legislativo.

Arthur Virgílio vê desordem administrativa

A incompetência administrativa do Executivo ameaça paralisar as instituições, avaliou ontem o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), citando demissões de ministros e autoridades do governo que indicariam a dificuldade do PT em lidar com a máquina pública. De acordo com o parlamentar, apenas o Senado tem mantido uma rotina proveitosa de trabalho, “graças à colaboração da oposição, o que não acontece na Câmara”.

O senador anunciou uma possível mudança de postura dos opositores, que pretendem na próxima semana apresentar ao governo as condições para que não obstruam

as votações no Senado.

– Temos autoridade para cobrar por que se desmantela a máquina administrativa. Estamos procurando fazer o Senado trabalhar. O governo não funciona, a Câmara dos Deputados também não e os ministérios são sinônimos de inação. Na próxima terça-feira (23) pela manhã, a oposição apresentará as condições que impõe para continuar colaborando – anunciou.

Para o parlamentar, as mudanças no governo, como a troca de comando no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no Ministério do Planejamento, trazem insegurança para a

economia do país.

– Quem será o próximo ministro a cair? Alguém pode assegurar que Palocci (ministro da Fazenda) vai ficar quatro anos, garantindo a estabilidade da política econômica? O ex-ministro Pedro Malan ficou oito anos, mas não se pode apostar na sobrevida de Palocci – afirmou.

Liderança do PSDB

Arthur Virgílio foi reconduzido, por unanimidade, à liderança de seu partido para o ano legislativo de 2005. O senador foi o primeiro líder de bancada partidária a ter sua recondução confirmada.

O documento que comunica a decisão da bancada foi entre-



Roosevelt Pinheiro

COMANDO Para Arthur Virgílio, mudanças no governo causam insegurança à economia do país

gue à Mesa do Senado ao final da tarde da última quarta-feira e informa que “a recondução expressa em sua inteira fidelidade o unânime reconhecimento da bancada no tocante à postura que o ilustre senador vem imprimindo no desempenho dessa elevada função”.

Voto de pesar pela morte do ex-deputado Egídio Madruga

O Senado encaminhará voto de pesar à Assembléia Legislativa da Paraíba e à viúva Maria Eunice Madruga pela morte do ex-deputado estadual Egídio da Silva Madruga, morto ontem, aos 72 anos. A homenagem foi proposta pelo senador Efraim Morais (PFL-PB).

Natural de Pedras de Fogo (PB), Egídio Madruga ingressou na vida parlamentar aos 26 anos, em 1959, quando se elegeu deputado estadual. Foi reeleito sucessivamente nas seis legislaturas seguintes e chegou a ocupar a presidência da Assembléia Legislativa no

biênio 1973-74. O ex-deputado, disse Efraim, representava os municípios de Santa Rita, Taperoá, Bayeux, Tavares, Lucena, Espírito Santo, Sapé, Livramento e Ingá.

Efraim, que foi colega de Madruga no início de sua carreira, em 1982, quando se elegeu

deputado estadual, disse que o ex-parlamentar teve papel fundamental como relator da Assembléia Estadual Constituinte, em 1989. Fora da área legislativa, Madruga foi procurador do estado e chefe da Casa Civil na gestão do governador Flávio Ribeiro Coutinho.

Aprovado plano de modernização industrial

■ Projeto examinado em tempo recorde pelos senadores beneficia com subsídios o setor de bens de capital

O Senado aprovou ontem, em tempo recorde, o projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq). O programa beneficia as indústrias de bens de capital com financiamentos subsidiados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para aquisição de máquinas e equipamentos. A proposta vai à sanção presidencial, já que havia sido aprovada na Câmara.

O relator do projeto de conversão (PLV 46/04) da MP



AGILIDADE Jereissati (C), que conversa no Plenário com Sarney e Antonio Carlos, recebeu a matéria para relatar no início da tarde e, quatro horas depois, apresentou o seu parecer

197/04, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), recebeu a proposta no começo da tarde, e em apenas quatro horas analisou-a e deu parecer favorável para votação em Plenário, depois de um acordo entre governo

e oposição. Antes de aceitar a relatoria, o senador consultou as lideranças do PSDB e do PFL, diante da insatisfação de todos com o uso excessivo de medidas provisórias, e obteve o sinal verde diante do entendimento

orçamentárias específicas, alocadas no Orçamento Geral da União, observados os limites de movimentação e de empenho e de programação orçamentária e financeira anual – explica Jereissati no relatório.

geral de que a proposta seria benéfica para o país.

Segundo a medida, as operações de crédito no âmbito do programa poderão ser feitas com taxas de juros fixas, ficando a União autorizada a assumir os riscos de eventuais aumentos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ou outro índice que a substitua.

– As despesas decorrentes da variação dos juros ocorrerão à conta de dotações

As taxas de juros, os critérios e condições de financiamento e o cronograma para implantação do Modermaq serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Conselho Deliberativo do FAT. “A necessidade do imediato crescimento do setor de máquinas e equipamentos, com efeitos benéficos para toda a cadeia produtiva, por um lado, e o aumento da taxa de investimento, especialmente para as micro, pequenas e médias empresas, além de maior produtividade e competitividade, justificam a urgência da matéria”, afirmou.

Tasso Jereissati apresentou um quadro demonstrativo das oscilações do setor de bens de capital brasileiro nos últimos anos. As variações vão desde uma queda de 14,1% até um crescimento de 13,1% e 13,5%, respectivamente, nos anos de 2000 e 2001.

TRT de São Paulo terá mais cargos efetivos e funções

Na sessão de ontem, os senadores acolheram o projeto de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que cria cargos efetivos e funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que abrange parte do estado de São Paulo. A matéria, que vai à sanção, foi relatada por Sibá Machado (PT-AC).

Quando a proposta (PLC 90/03) tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Ney Suassuna (PMDB-PB) concordou em retirar voto em separado contrário à medida, explicando que fora convencido pelo governo da real necessidade da contratação dos servidores.

Acordo garante votação de novas regras para MPs

O presidente José Sarney, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e os líderes partidários vão se reunir na próxima terça-feira para decidir a data de votação de uma proposta de emenda à Constituição do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que muda a tramitação das medidas provisórias (MPs). Azeredo propõe que toda medida provisória tenha prazo de votação de 30 dias em cada uma das Casas do Legislativo e seja examinada inicialmente de forma alternada por Câmara e Senado.

Além disso, a proposta (PEC 56/04) determina que as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania das duas Casas dêem parecer imediato,

dispensando-se as comissões especiais. Atualmente, o Congresso tem um prazo de 60 dias para examinar MPs, tempo que é praticamente esgotado pela Câmara, restando ao Senado votar às pressas, sem tempo para exame das propostas.

A PEC de Eduardo Azeredo deve ser votada ainda este ano, bem como um projeto de resolução, também do senador mineiro, para que as comissões possam votar projetos de lei de forma terminativa mesmo com a pauta trancada (PRS 16/04). Atualmente, as comissões aprovam de forma terminativa, mas as propostas dependem de contagem de prazo para que algum parlamentar recorra ao Plenário. Também estará em



MUDANÇA Proposta de Eduardo Azeredo fixa prazo de 30 dias para exame em cada Casa do Legislativo

discussão na reunião de terça-feira a criação de uma comissão permanente no Senado para acabar com as desigualdades regionais.

Só depois de fechado o acordo garantindo a reunião e a votação de todas as propostas ainda em 2004, foi possível aprovar a medida provisória (MP 197/04) que cria o Modermaq.

Acolhida a demarcação de parque em SC

Em turno suplementar, o Plenário acolheu o substitutivo ao projeto da Câmara que trata da demarcação do Parque Nacional de São Joaquim (SC), com área total aproximada de 49.800 hectares.

Criado em 1961, o parque teve a área ampliada e seus novos limites estão descritos a partir de cartas elaboradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). A proposta voltará à Câmara.

Também foi aprovado em turno suplementar o substitutivo ao projeto da Câmara que obriga o uso de faróis acesos durante o dia nas rodovias. O texto sofrerá nova votação pelos deputados.



SOLUÇÃO Iniciativa de Romeu Tuma, que havia sido alterada na Câmara, teve restaurado o texto original

Isenção a portador de hepatite crônica vai à sanção presidencial

Outra matéria acolhida ontem pelo Plenário foi o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) favorável ao projeto de lei do Senado que isenta do pagamento do Imposto de Renda os portadores da forma crônica da hepatite C ou B. A relatora, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), rejeitou o substitutivo da Câmara e manteve o texto original aprovado

antes na Casa. A matéria vai à sanção.

O substitutivo da Câmara estendia aos portadores de hepatopatia grave as mesmas garantias existentes para os portadores do HIV e doentes de Aids, dentre elas a aquisição de remédios gratuitos e a isenção do Imposto de Renda. A relatora argumentou que, apesar de o substitutivo dos deputados

ampliar a extensão da proposta, tornava o projeto inconstitucional. Como nessa fase da tramitação da proposta cabia ao Senado unicamente aceitar ou rejeitar as alterações, Ana Júlia aceitou algumas sugestões do substitutivo e informou que está apresentando outro projeto incluindo direitos que não cabiam na matéria original do Senado.

Na discussão, Tião Viana (PT-AC) considerou a proposta, de autoria de Romeu Tuma (PFL-SP), da maior relevância. Ele informou que recebeu vários telefonemas solicitando apoio à matéria. Segundo Viana, só a hepatite C atinge de 2 a 5 milhões de pessoas no Brasil. Tuma agradeceu o empenho da relatora e ressaltou o alcance social da iniciativa.

Geraldo Magela



EDUCAÇÃO Sarney conversa com representantes da entidade sobre atendimento escolar aos excepcionais

Sarney recebe presidentes das Apaes

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Federação Nacional das Apaes (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais), Luiz Alberto Silva, que lhe entregou uma carta contando a luta da instituição em defesa dos direitos das pessoas com deficiência mental.

Acompanhado por presidentes de Apaes sediadas em todo o país, Luiz Alberto entregou o mesmo documento em outros gabinetes de Brasília, incluindo o Palácio do Planalto e a

presidência da Câmara dos Deputados. Com Sarney, ele conversou sobre as dificuldades que as Apaes enfrentam para sobreviver.

Luiz Alberto informou que há 2 mil Apaes em todo o Brasil, nas quais são atendidas mais de 230 mil pessoas, 90% delas com uma renda situada abaixo da linha de pobreza. Também disse que a instituição se enquadra na história da educação brasileira com uma abordagem pioneira e incansável em favor das pessoas com deficiência.

– Nessa luta, um dos primeiros pontos que colocamos é o pedido de reabertura do financiamento para a construção de escolas, ampliação e reforma. Isso porque temos hoje mais de 3.500 municípios brasileiros sem uma escola da Apaes.

Sarney também recebeu ontem o presidente da Fundação Padre Anchieta (mantenedora da TV Cultura, de São Paulo), Marcos Mendonça, que o convidou para participar do programa *Roda Viva*, exibido pela emissora de televisão.

José Cruz



CONTRIBUIÇÃO Nilcéa Freire (C) conversa com senadoras e deputadas federais sobre medidas que poderão ampliar a autonomia das mulheres

Ministra debate projetos com bancada feminina

A ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), participou ontem da reunião da bancada feminina no Congresso. A ministra pretende verificar como as deputadas e senadoras podem contribuir para a implementação e cumprimento de metas que ampliam a autonomia das mulheres e atendem às suas diferenciadas necessidades.

Estavam presentes as sena-

doras Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente da Comissão Temporária 2004 do Ano Nacional da Mulher do Senado; Fátima Cleide (PT-RO), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Ideli Salvatti (PT-SC), além de deputadas federais.

Nilcéa Freire destacou as principais ações e programas desenvolvidos pela SPM e as parcerias com órgãos dos governos federal, estaduais e municipais.

Homenagem à comunidade dos Kalungas

Para homenagear o Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, a Rádio Senado exibe amanhã o especial *Kalungueiros*. O programa faz um retrato da maior área de remanescentes quilombolas no país, a comunidade dos Kalungas, que fica nas proximidades de Cavalcante (GO).

A comunidade foi criada no fim do século 18 por escravos que fugiram das minas de ouro, e conta atualmente com cerca de 4 mil habitantes. O povo Kalunga vive na área há mais de três séculos.

O programa comenta a história e os traços culturais desse povo. A atração conta com depoimentos de habitantes da comunidade e de antropólogos que trabalham na região. As quatro partes do especial serão apresentadas amanhã: as duas primeiras, às 10h; e as duas restantes, às 18h. Para mais informações sobre a programação da rádio acesse a página www.senado.gov.br/radio.

César Borges pede explicação sobre investimentos

■ Senador quer saber se governo aplicou dinheiro no Banco Santos, sob intervenção

O senador César Borges (PFL-BA) apresentou requerimento de informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre aplicações de dinheiro de entidades da administração federal, direta e indireta, no Banco Santos, agora sob intervenção do Banco Central. Ele entende que esses administradores podem ser responsabilizados por gestão temerária de recursos públicos, uma vez que o banco estava em dificuldades financeiras havia mais de cinco anos.

César Borges comentou que estão circulando informações de que a Petrobras, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste e até o fundo de pensão dos funcionários do Banco Central (Centrus) teriam vultosos recursos públicos aplicados no Banco Santos e estariam, agora, correndo o risco de sofrer prejuízos.

– O que leva administradores de dinheiro público a fazer aplicações em bancos privados em dificuldades? Por que não aplicar no Banco do Brasil? Há dúvidas no ar sobre os critérios usados por esses administra-



PREJUÍZOS César Borges afirma que administradores poderão ser responsabilizados por má gestão

dores. Assim, é de interesse do próprio governo esclarecer os fatos, divulgando a verdade – afirmou.

O senador disse considerar normal que especuladores procurem aplicações de maior risco, para obterem mais lucro, mas observou que administradores de dinheiro público devem procurar segurança em primeiro lugar, para não darem prejuízo aos cofres públicos.

César Borges pediu a Palocci rapidez no fornecimento das informações, por entender que a população e o mercado financeiro têm direito aos esclarecimentos. A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), ressaltou que há muito interesse, até mesmo do PT, em conhecer a verdade, uma vez que o próprio partido tinha dinheiro no Banco Santos.

Thomé Mestrinho assume mandato no Senado

Assumiu ontem o mandato de senador o primeiro suplente João Thomé Mestrinho (PMDB-AM), no lugar do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que se licenciou por quatro meses para tratamento de saúde. Thomé, filho de Gilberto Mestrinho, já foi deputado federal por duas vezes.

Produtor rural, 53 anos, João Thomé também ocupou o cargo de secretário de Agricultura do Amazonas, na administração Amazonino Mendes, em 1999 e 2000. A licença médica de Gilberto Mestrinho está li-



EXPERIÊNCIA João Thomé Mestrinho é filho de Gilberto Mestrinho, que faz tratamento de saúde

gada a um transplante de rins a que o senador foi submetido em 1996. Desde então, ele toma medicamentos para evitar a rejeição do órgão transplantado e agora o tratamento entra em nova fase, de retirada dos remédios anti-rejeição, conforme a assessoria de Mestrinho.

Geraldo Magela

Roosevelt Pinheiro



CULTURA Paulo Octávio lembra que mostra reproduz evento realizado em 1944, em Belo Horizonte

Paulo Octávio convida para exposição sobre o modernista JK

Paulo Octávio (PFL-DF) dirigiu, ontem, convite a parlamentares, servidores do Congresso e aos cidadãos para que visitem a exposição "O Olhar Modernista de JK", aberta no último dia 10 no Palácio do Itamaraty por iniciativa da curadora Denise Mattar e com o apoio da Fundação Armando Álvares Penteado, do Memorial JK e dos Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores.

Ele explicou que o evento apresenta uma remontagem da exposição modernista realizada em Belo Horizonte em 1944, quando Juscelino era prefeito da cidade e promoveu o denominado Movimento de Arrancada da Arte Mineira para o Futuro. Organizada em sua montagem original por Alberto Guignard e J. Guimarães Menegale, 22 anos depois da Semana de Arte Moderna de São Paulo, reuniu 180 obras e ficou conhecida como a Semaninha de Arte Moderna de Belo Horizonte.

Paulo Octávio afirmou que Juscelino foi o político mais importante do século passado, ressaltando que sua saga desenvolvimentista se irradiou também para a produção artística brasileira.

– Desde que assumiu a prefeitura de Belo Horizonte, em 1940, passando pelo governo de Minas Gerais, de 1951 a 1954, até chegar à Presidência da República, em 1956, o mineiro pé-de-valsas, alegre e visionário, permitiu ao Brasil e aos brasileiros ver nascer uma nova poesia, uma nova pintura, um cinema novo, um novo samba, uma nova arquitetura e um novo jornal – assinalou. Ele foi apoiado por João Batista Motta (PMDB-ES), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Mão Santa (PMDB-PI) e Cristovam Buarque (PT-DF).

Comissão define calendário para votação do Orçamento este ano

■ CMO vai trabalhar nos fins de semana para que Congresso decida sobre o projeto até o dia 23 de dezembro

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) ratificou ontem o calendário de trabalho para que o Plenário do Congresso Nacional possa votar o projeto de Orçamento da União de 2005 até o dia 23 de dezembro, conforme acerto entre as lideranças partidárias. O presidente da CMO, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), disse que para cumprir o cronograma os parlamentares terão de trabalhar nos fins de semana para concluir a apreciação dos chamados relatórios setoriais, previstos para serem votados no período de 10 a 12 de dezembro, ou seja, sexta, sábado e domingo.

Hoje se encerra o prazo para apresentação de emendas ao parecer preliminar do senador Romero Jucá (PMDB-RR) ao projeto de lei orçamentária (PLN 51/04), que alcança o valor de R\$ 1,6 trilhão. O senador



CRONOGRAMA Paulo Bernardo (*sentado*) discute com o senador Hélio Costa (*E*) e outros parlamentares do colegiado detalhes do roteiro de atividades

João Ribeiro (PFL-TO), que estava presente na reunião do colegiado, anunciou que vai apresentar, no prazo preestabelecido, proposta elevando de R\$ 2,5 milhões para R\$ 4 milhões o valor das chamadas emendas parlamentares, ou individuais.

João Ribeiro argumenta que o valor atual "é muito pequeno e que, na prática, não atende às bases". Paulo Bernardo informou que muitos parlamentares "comungam com as preocupações do senador", ou seja, desejam aumentar o valor

das emendas individuais. Os recursos das emendas parlamentares, solicitados constitucionalmente por senadores e deputados, são aplicados, por meio das prefeituras, em pequenas obras municipais, como postos de saúde ou escolas.

Créditos suplementares

Na próxima terça-feira, a partir das 15h, a Comissão Mista de Orçamento deve se reunir para votar o parecer preliminar do Orçamento de 2005. Na manhã do mesmo dia, às 10h, os membros do colegiado vo-

tam os créditos suplementares para pessoal de órgãos federais. Esses créditos deveriam ser examinados na reunião de ontem, mas não houve acordo entre as lideranças.

De 24 a 30 de novembro, de acordo com o calendário divulgado pela secretaria da CMO, será aberto o prazo para apresentação de emendas ao projeto de lei do Orçamento da União de 2005. Até o dia 5 de dezembro deverão ser publicados e distribuídos os avulsos das emendas, sendo que a previsão é de que até o dia 12 de dezembro sejam votados os pareceres setoriais. No dia 23, o relator-geral, senador Romero Jucá (PMDB-RR), deve apresentar o parecer final, que, se aprovado, será encaminhado à votação pelo Plenário do Congresso Nacional.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG), que é membro titular da Comissão de Orçamento do colegiado "irão deslanchar daqui para a frente". E previu que a CMO vai cumprir a sua missão na data prevista (23 de dezembro) ou, no máximo, até 31 de dezembro.

Juvêncio pede revisão de lei ambiental que dificulta pesquisa genética no país

Ao homenagear ontem a Embrapa Recursos Genéticos, pelo transcurso dos 30 anos de criação dessa unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) advertiu para a necessidade da revisão de leis ambientalistas que dificultam a pesquisa genética e o aproveitamento imediato dos seus resultados na produção agropecuária do país. Juvêncio lembrou que, hoje, o

agronegócio brasileiro representa 30% do produto interno bruto (PIB) e 40% das exportações brasileiras, podendo esse percentual ser ampliado em função do equilíbrio entre a pesquisa biogenética e as leis ambientais, conforme avaliou.

– Para a agropecuária, o grande desafio do século é a busca de soluções sustentáveis, que incorporem tecnologias inovadoras às culturas de importância econômica, que sejam

competitivas frente aos mercados mundiais e que aumentem a renda do produtor ao longo das cadeias produtivas.

Juvêncio da Fonseca destacou que a unidade, uma das 40 da Embrapa, denominada na sua fundação, em 1974, Centro Nacional de Recursos Genéticos (Cenargen), desenvolve atividades de intercâmbio, quarentena, avaliação, informação, conservação e uso de germoplasma, entre outras,



DESEMPENHO Juvêncio da Fonseca destaca a importância da Embrapa Recursos Genéticos

com o objetivo de aumentar a variabilidade genética de espécies agrícolas e colocá-las à disposição da pesquisa agropecuária no Brasil.



DECISÃO ACM pede pressa na análise de proposta que eleva idade para aposentadoria de servidor

Antonio Carlos apóia compulsória aos 75 anos

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu pressa na votação da proposta de emenda à Constituição que amplia de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória no serviço público. A matéria estava em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas teve sua apreciação adiada por requerimento de Tião Viana (PT-AC) solicitando audiência pública.

O apelo do senador baiano surge no momento em que os ministros Carlos Velloso e Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, estão prestes a se aposentar pela regra atual da compulsória.

– É preciso votar essa matéria em tempo hábil para evitar perdas ilustres nos tribunais superiores – afirmou, observando que se maiores de 75 anos podem concorrer a cargos eletivos, essa possibilidade

também deveria ser estendida ao serviço público.

Ao comentar o requerimento, Tião Viana disse que atendeu a pedido da liderança do governo e ressaltou que não teve a intenção de procrastinar o exame da matéria pela CCJ.

– Embora tenha posição divergente, respeito os argumentos dos senadores Antonio Carlos e Pedro Simon (defensores da proposta).

Motta: visita de Putin ampliará comércio

Senador considera "histórica" a primeira viagem de um chefe de Estado russo ao Brasil

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) considerou como "histórica" a primeira viagem de um chefe de Estado russo ao Brasil, o que vem criando grandes expectativas entre cientistas e empresários, por causa dos acordos que estão sendo negociados. Vladimir Putin chegará ao Brasil neste domingo.

Motta disse que Rússia e Brasil são dois grandes países em desenvolvimento e o comércio entre eles, hoje limitado a US\$ 2 bilhões, poderá crescer rapidamente. A Rússia importa US\$ 74,5 bilhões por ano, mas os brasileiros só conseguem



Roosevelt Pinheiro

EXPECTATIVA Segundo João Batista Motta, negócios entre Brasil e Rússia podem aumentar rapidamente

abastecer 2% dessas compras. O senador destacou o acordo de cooperação tecnológica espacial que os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Putin assinarão, da ordem de US\$ 800 milhões.

A expectativa dos dois governos, conforme o senador, é que aumentem as vendas brasileiras de carnes, queijo,

frutas, óleo de soja, cacau, chocolate, calçados, tecidos e aparelhos domésticos. No caso das carnes bovinas, depois que as autoridades russas suspenderam as importações por causa da febre aftosa, finalmente nesta semana o problema foi resolvido. Do lado dos russos, há vontade de vender ao Brasil aviões, helicópteros, equipamentos médicos, armamentos e componentes automotivos e hidrelétricos. Os brasileiros já são importadores de turbinas de hidrelétricas fabricadas pelos russos.

– O acordo de cooperação tecnológica espacial é importante para incrementar nossa capacidade de lançamento de satélites e sondas – observou Motta. Segundo ele, a Petrobras espera parceria com empresas russas para construção de 6 mil quilômetros de oleodutos e estações de compressores.

Inflação e déficit ainda prejudicam o desenvolvimento, afirma Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) disse haver "fortes sinais" de recuperação da economia brasileira, mas observou que ainda existem dois graves problemas a enfrentar: a inflação elevada e o déficit no balanço de pagamentos. Ele destacou que a batalha contra a inflação alta vem sendo vencida, mas o país ainda não reuniu as condições necessárias para a obtenção do crescimento econômico sustentável, com geração de oportunidades de trabalho para os jovens.

O senador considera que as principais soluções para essas dificuldades econômicas estão no fortalecimento das relações comerciais com o exterior, na maior abertura da economia e no aumento das exportações.

Jucá acrescentou que, além dos problemas decorrentes da infra-estrutura deficiente e da perda de competitividade, o Brasil, que é o 17º exportador mundial e participa com menos de 1% do total do comércio mundial, enfrenta uma concorrência internacional organizada, que aplica fortes subsídios às exportações e impõe barreiras



Moacir Mariz

ELOGIO Romero Jucá destaca apoio de ministério aos exportadores brasileiros

ras tarifárias e não-tarifárias às importações.

Sucesso

– Precisamos nos preparar adequadamente para enfrentar barreiras comerciais e obstáculos cada vez maiores nessa verdadeira guerra que é a economia globalizada – sustentou.

O trabalho que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior desenvolve na área de defesa comercial foi elogiado pelo senador. Segundo ele, o ministério tem dado apoio decisivo aos exportadores, resguardando os interesses da economia brasileira nas investigações realizadas no

exterior relacionadas com as exportações.

Para Jucá, graças a esse trabalho que protege os interesses do país no exterior, o Brasil tem obtido sucesso em muitos processos e no combate às práticas desleais. De acordo com o senador, em oito anos de existência, o Departamento de Defesa Comercial (Decom) do ministério atuou diretamente em investigações contra práticas de *dumping*, subsídios e salvaguardas, e deu apoio aos exportadores brasileiros submetidos a investigações no exterior.

– O trabalho meritório realizado pelo Decom demonstra que o Brasil está preparado para agir com rapidez e eficiência sempre que nossas exportações sofrerem restrições decorrentes de ações protecionistas.

Jucá referiu-se à nova estratégia do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial, anunciada pelo ministro Luiz Fernando Furlan. Conforme o senador, a existência de regras claras, transparentes e adequadas certamente dará maior garantia aos exportadores.



Márcia Kalume

PALESTRA Simon e o deputado Osmar Serraglio ouvem a apresentação de Irma Portos Pérez, professora da Universidade Nacional Autônoma do México

Nafta reduz nível de vida no México, diz pesquisadora

Durante palestra realizada ontem na Comissão Mista do Mercosul, sobre o custo econômico e social do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), a pesquisadora da Universidade Nacional Autônoma do México Irma Portos Pérez ressaltou o agravamento das condições de vida da maior parte da população e a desestruturação das atividades agrárias e industriais naquele país, após a implantação do Nafta.

No entanto, Irma Pérez observou que, na hipótese de o Brasil vir a participar da Alca, o país terá meios para fazê-lo em condições mais favoráveis do que as que o México dispunha quando aderiu ao Nafta, uma vez que "sua estrutura

econômica permite que ele se imponha".

Quanto aos dados referentes ao produto interno bruto (PIB) do México, que, inclusive, já teria superado o PIB do Brasil, a professora informou que os números podem estar projetando uma idéia equivocada. Estudos acadêmicos e de entidades de classe indicam que a maior parte das exportações que sustentam esse crescimento é feita por cerca de 300 empresas transnacionais, com filiais no México.

Irma Pérez realiza atualmente duas pesquisas sobre as indústrias audiovisuais no Brasil e no México, tomando a TV Globo e a mexicana Televisa como foco de análise.

Garibaldi faz relato sobre viagem à ONU, em Nova York

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) fez um breve relato de sua viagem à sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York, onde representou o Senado Federal na qualidade de observador dos trabalhos daquela instituição. Ele disse que pôde constatar os desafios que continuam a cercar o trabalho ali desenvolvido desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) em defesa da paz internacional.

Garibaldi ressaltou que a ONU tem perseguido uma utopia chamada "Declaração do Milênio", que estabeleceu metas a serem cumpridas num prazo muito curto, como a eliminação da fome no planeta. O senador relatou que a instituição prepara-se para fazer



Genildo Magela

ESFORÇO Organização persegue difícil meta de eliminar a fome no planeta, relata Garibaldi

balanço dos primeiros cinco anos e já pondera sobre as dificuldades em atingir os objetivos. Por isso, a organização projeta estender os prazos.

– O papa Paulo VI já disse que o novo nome da paz é desenvolvimento. Tenho fé em que a ONU fará uma reforma em seus estatutos e terá maior representatividade – afirmou.

Garibaldi também defendeu a candidatura do Brasil a um assento no Conselho de Segurança da ONU.